

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS

2ª REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO DO LAGO DE FURNAS

ATA NÚMERO 02 DA
REUNIÃO DO GRUPO DE
TRABALO LAGO DE FURNAS

Pautas:

10:00 hs Palavra do Secretário

10:15hs Calendário de reuniões em 2021

10:30 hs Licenciamento Ambiental da UHE Furnas - Histórico, situação e principais implicações - Ludmila Alves - SEMAD/MG

11:00 hs Perguntas e dúvidas 11:30 hs Furnas e Mediterrâneo - Prof. Akis Telemácu

12:00 hs Encerramento

Presentes: Marina Simião – Subsecretária de Turismo SECULT MG; Flávia Ribeiro – Superintendente de Políticas do Turismo SECULT MG Ludmila Alves de Brito - SUPRAM Sul/SEMAD, Júlia Oliveira – Assessora de Políticas do Turismo SECULT MG, Franciele Xavier - Assessoria de Comunicação Secult, Comandante Bambace, Delegacia Fluvial de Furnas, Marcelo Ladeira - Superintendente de Política Minerária, Energética e Logística - SEDE/MG, Liliane Ferreira Santos - Instituto Mundi, Henrique da AMEG, Professor Cleiton - Deputado Estadual, membro da Comissão de Turismo e Gastronomia da ALMG, Teresa Lemos - Gestora IGR Montanhas Cafeeiras de Minas, Jeane Dantas de Carvalho - Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, Luciane Andrade - Instituto Mundi, Comandante Nicácio - Capitania Fluvial de Minas Gerais, Clarissa Valadares – Mtur, Henrique Rodarte Fernandes Silva - Secretário Executivo da AMEG, Samir Moysés - Subsecretário de Articulação Institucional (Segov); Fausto Costa – ALAGO, Fernanda Cunha - representante do Grutas e Mar de Minas, Vinícius Amantéa Campos, Consultor do Circuito Lago de Furnas; Larissa Magnavita: assessora de Comunicação do Deputado Professor Cleiton; Ana Paula Pinto assessora do Deputado Cássio Soares; Thayse - Lago de Furnas , Nascentes da gerais e canastra

Aos 20 dias do mês de janeiro de 2021, às 10 horas, via Google Meet, por meio do link <https://meet.google.com/pfc-bkoj-znn> , realizou-se a 2ª reunião do Grupo de Trabalho de Furnas com a presença das entidade públicas e privadas, e sob a presidência do Secretário de Estado de Cultura e Turismo, Sr. Leônidas Oliveira e condução da subsecretária de Turismo Marina Pacheco Simião. O Deputado Estadual Cleiton Oliveira, autor da PEC 52, Proposta de Emenda à Constituição, que institui o tombamento dos Lagos de Furnas e Peixoto como patrimônios imateriais do estado de Minas Gerais inicia informando que a assembleia legislativa aprovou em 2 turno a PEC. O objetivo é que as cotas mínimas do nível das águas sejam estabelecidas e respeitadas, sendo 762 metros para Furnas e 663 metros para a Represa Mascarenhas. Agradece o empenho do Secretário para a realização deste pleito.

O Secretário Leônidas Oliveira falou da importância e da diversidade dos atrativos e potencialidade turística e cultural da região, verificada durante a visita técnica *in loco*. Agradeceu a presença de todos e informou que o Governador deu prioridade a temática devido ao reconhecimento da importância desta PEC e que será elaborado um dossiê delimitando a área que será protegida. Expos também a importância para o que os mineiros conheçam a região e fortaleçam o movimento

sobre a Cota. Destacou a questão da utilização sustentável dos Lagos e que para isso é necessário um diagnóstico que aborde as questões ambientais.

Marina Simião, subsecretaria de turismo apresentou a pauta da reunião e informou que, caso os participantes tenham interesse, podem indicar participantes para as próximas reuniões para contribuir com as pautas.

Guilherme Godoi, representante da Secretaria de Energia Elétrica, se apresentou e informou que era a primeira vez que participava de reunião do grupo, porém que já acompanhava a mais tempo o assunto. Disse que não indicaram um representante formal ainda, pois querem entender melhor os pontos de discussão para poder indicar o representante mais adequado. Pontuou que tivemos o 8º ano de período crítico da cota do Lago. Salientou que todos têm se esforçado para manter o nível do reservatório, porém também fornecem energia para todo o país e que a Usina de Furnas é uma usina estratégica, importante para o país e que fazem reuniões semanais na secretaria com o comitê de monitoramento elétrico. Sobre a elevação de nível, Guilherme informou que as águas de furnas passam por 27 mil megawatts, tendo que ter um planejamento mínimo, de médio prazo, para poder elevar o nível atual. Pontuou que não é do setor do ministério responsável pelos licenciamentos, mas que se necessário pode chamar pessoas da equipe para participar das próximas reuniões.

Professor Marcelo parabenizou a criação do Grupo e solicitou esclarecimento de como e quais estudos devem ser integrados. Sugeriu gravar a reunião e disponibilizar no youtube e questionou o objetivo do plano de ações.

Marina Simião respondeu dizendo que o Fórum foi criado pelo pleito realizado pelo gestores públicos e sociedade civil da região de Furnas para acompanhamento mais de perto da região. Informou que o grupo não é para suprir ou suprimir os outros fóruns, que este é um espaço de debate junto ao governo estadual de demandas que interferem diretamente na região. Foram convidados órgãos para a discussão para que esta seja pensada para o desenvolvimento sustentável do lago e entorno. Que a reunião tinha o intuito de contribuir com o dialogo para as propostas. Reintera que tem um trabalho próximo com a cultura, com o patrimônio, para levar propostas de desenvolvimento para a região acompanhando todas as legislações, restrições e etc com o objetivo de ser um canal de comunicação para que se possa tirar dúvidas, debater possibilidades, criar propostas, pois acredita que quanto mais se conversar, mais fácil será atender as diversas demandas, as diversas necessidades. Lembrou que para além do nível das águas e do fornecimento de energia, tem-se que debater outros assuntos como o uso das águas, a pesca, o turismo, entre outros.

Ludmila Alves de Brito, técnica da secretaria de meio ambiente responsável pela região, informou que nunca houve licenciamento ambiental para o Lago de Furnas. Que o processo de regularização existe desde 99, porém não foram emitidas licenças, pois os estudos não foram levados adiante. Que no momento quando se fala em licenciamento que este trata somente da questão da produção de energia elétrica e que tem que se ter calma e muito cuidado nos estudos, licenciamentos e planejamentos quando se fala em usos múltiplos. Pontuou que existe uma ansiedade muito grande para que o licenciamento ambiental aconteça, mas chamou a atenção dizendo que este não irá resolver todos os problemas do Lago e região. Levantou a questão sobre Sobreposição de competências. Deu luz sobre a questão da Área de preservação permanente (APP), explicou que esta garante a infiltração das águas das chuvas, protege o solo de processos erosivos. Tem-se discutido muito sobre isto, porque há desejo de pessoas que tem áreas no entorno do lago de usarem as áreas de preservação para outros fins, porém essas áreas têm que ser preservadas. O

uso das margens é uma preocupação para o meio ambiente, não pode ter usos distintos das margens no mesmo reservatório. Ainda disse que o Iepha terá que fazer o mapeamento/zonamento do lago para definir as áreas protegidas. Ponderou que um tipo de estudo/pesquisa a ser realizado é um Pacuera (é um estudo complexo que determina a área que será preservada e a área que será utilizada) onde o uso turístico pode ficar restrito a 10% da app somente.

Thayse, Lago de Furnas, parabenizou a Ludmila, pelo chat, pela exposição. Disse que esta esclareceu muitas questões e ainda deixou claro o posicionamento do Governo de Minas a resolver a situação dando abertura a contribuição de todos e se mostrou muito satisfeita. Ludmila se coloca a disposição para sanar dúvidas e informa o seu email (ludmila.brito@meioambiente.mg.gov.br).

Guilherme informou que existe instrução jurídica para todas as exigências sobre licenciamento de áreas que já tem usina para fornecimento de energia.

O Professor Marcelo de Oliveira, que atua em Alfenas no curso de geografia da universidade local, reiterou que existem duas salas de discussões sobre furnas que tem conhecimento e que no canal do Youtube da ANA – Agencia Nacional das Águas tem todas as reuniões, todos podem acessar. Informou que em uma das primeiras discussões da sala de operação de Furnas, foi questionado sobre o licenciamento ambiental de furnas. Se mostrou chateado devido a SEMAD ter arquivado o processo de licenciamento e somente após um período considerável o ter reaberto. Ponderou que a inercia sócio econômica é muito grande e a região é extremamente importante para o país e que mesmo assim até hoje não se tem dimensão dos impactos que a usina causa na região. Percebeu que está havendo a retomada de processos, de estudos ambientais, que a própria Ludmila disse que está esperando o EIA – estudo de impacto ambiental sair, mas ponderou que se este documento não sair tem possibilidade de se ter um novo arquivamento e acabar tendo a assinatura de somente um termo de alinhamento de conduta, que considerou ser o que usina quer. Ainda disse que a reunião não pode ser pautada somente sobre a usina, a cota, tem que se falar sobre a qualidade da água, isso é extremamente importante. Vai se fazer todo um planejamento turístico, mas não se pensa na qualidade da água, não adianta ter turistas se estes não puder ter contato com a água.

O professor questiona a Ludmila: “o que furnas ganha com termo de ajustamento de conduta?” E a mesma responde dizendo que dentro do licenciamento se é tratado sobre a qualidade de água e que apesar do licenciamento ser para a usina, esta não pode responder pela qualidade da água, já que a água não pertence a usina e que as cláusulas não serão de recuperação. Pelo chat informou também que o arquivamento é previsto pela legislação, que determina que se faça o arquivamento caso as informações solicitadas não sejam prestadas.

Marcelo perguntou se a extensão do pacuera é a mesma da app? E Ludmila responde dizendo que para Furnas essas cotas já estão definidas. Ele reitera que o pacuera aborda uma faixa estreita, que essa faixa de preservação não gera mais água, que seria necessário um plano de carga, manejo da bacia aquífera do lago. Também pontua que há 435 outorgas federais para o lago. Luis completa dizendo ser necessário uma revisão das outorgas e convidou a todos para conhecer o Santuário de Santa Rita de Cassia. Pelo chat, Thayse da IGR Lago de Furnas, disse que a fala de indignação do professor é mais que necessária e que acha conveniente que os comitês de Bacia dos Lagos de Furnas e Peixoto participem também do GT, visto que eles já possuem um Plano Diretor de Bacia que deveria ser levado em conta, que é necessário pensar na qualidade da água e que gostaria de estações de tratamento de esgoto para todos nossos municípios. Fernando Pimenta Marques reitera, também pelo chat, dizendo que ter ETs nos municípios é fundamental. Isabela Souza concordou que o pacuera deve ser elaborado pensando no entorno do reservatório artificial,

norteado por termo de referência expedido pelo órgão ambiental responsável, não se limitando às áreas de preservação permanentes do entorno.

Marina Simião esclareceu que a proposta é uma construção conjunta e que assim que todas as indicações forem feitas, os membros e instituições serão informados. Reforça a importância deste ser um ambiente de ampla discussão e sugestões sobre o tema e também de levantamento de críticas. Reforçou a importância na captação de recurso de destinos diversos. Michele informou que o estudo do mérito, perímetro e diretrizes para proteção do lago podem ser construídos em parceria com a comissão. Maria Elisa parabeniza a iniciativa.

Deputado Cleiton informou que a comissão estava em vias de ser uma comissão permanente na assembleia e que isto já estava acertado com o presidente da Câmara, senhor Agostinho Patrus. Ele exaltou a beleza da região em comparação com outros atrativos turísticos. Abordou a potencialidade do turismo náutico e competição de vela, fez comparação com o canal da mancha, e pontou que é necessário atingir a cota mínima. Falou sobre os impactos da criação de lagos e sobre os documentários disponíveis na internet a respeito.

Teresa Lemos, Gestora IGR Montanhas Cafeiras de Minas, posicionou-se pelo chat da reunião online sugerindo que sabendo que a água em 10 anos vai custar mais caro que gasolina tem que se trabalhar para se manter o nível dos dois reservatórios; preservar as nascentes que os abastecem; proibir as cidades de jogar esgotos nos lagos; fazer o controle da captação de água por essas cidades; Cobrar de Furnas sua licença ambiental para funcionamento para produção de energia e seus impactos.

Nilton Cesar Tomé, pelo chat, concordou com o posicionamento feito e completou informando que os que fazem parte do grupo “Todos Por Furnas e Peixoto” tiveram acesso a um estudo Técnico de um Perito Ambiental que ressaltou a necessidade de se fazer um maior controle e conscientização sobre o racionamento e uso da água para consumo humano, refletindo diretamente no nível dos lagos e da qualidade da água dos reservatórios da região do Rio Grande. Thyse solicitou acesso a esse estudo ao Sr. Luiz Adriano e prontamente o encaminhou para o e-mail informado.

O prof Marcelo usou o chat para questionar a Ludmila se o documento AIA/PCA é público. Ela informou que sim, como todos os outros documentos do processo, mas não será considerado no licenciamento. Que se ele tiver interesse ainda assim, que poderia viabilizar o acesso para ela, já que não conseguiu fazer upload no SIAM devido ao tamanho deste. Solicitou que Marcelo encaminhasse um e-mail para que troquem mais informações, pois entende que existe um amplo espaço para tratarem juntos da academia aspectos relacionados à regularização.

Para a próxima reunião, Ludmila sugeriu apresentar o status da questão do licenciamento com a questão do uso múltiplo das águas e o plano de ocupação do entorno do Lago de Furnas, lembrando que será necessário alinhamento com os estudos da IEPHA. Reforçou que é um trabalho a ser entregue a longo prazo, dado a complexidade do documento.

Maria Elisa, solicita pelo chat, que Guilherme verifique sobre o retorno do ofício que enviaram. Informa que o ofício está com o Sr Domingos Andreatta. Guilherme disse que O Ofício seria respondido nos próximos dias.

Thayse, Lago de Furnas, ressaltou a importância dos grupos de trabalho.

Liliane Ferreira Santos, do Instituto Mundi, relatou sobre a proposta que vem trabalhando, pontuou que como tem como finalidade a lei de incentivo à cultura as informações devem ser correlatas a esta temática, e que as contribuições são bem-vindas.

Clarissa Valadares, Secretária Nacional de atração de investimento, parceria e concessões, discorreu sobre a temática, se colocou à disposição e pontua sua preocupação a respeito da utilização das margens do Lago.

O representante da Marinha esclareceu sobre a segurança na navegação, e qual o papel da Marinha. E disse que as prefeituras precisam regulamentar a ocupação das margens dos lagos, isso é muito importante. Thayse, Lago de Furnas reitera essa questão e solicita que as prefeituras regulamentem a ocupação das margens dos lagos. A marinha ainda noticiou que o seu papel é somente a respeito da segurança dentro da água.

Neste momento o Secretário de Estado de Cultura e turismo solicitou a Marina Simião, subsecretaria de Turismo que organizasse um treinamento para os Gestores das IGRs e Municípios sobre os assuntos coletivos tratados nesta reunião em conjunto com as instituições que compõem o GT, pois é necessário tratar da ocupação adequada do entorno do lago.

Michele indicou que o Gt deve tratar do lago de dentro para fora, quais diretrizes que envolvem as áreas de conflito de ocupação do lago.

Marcelo questionou a jurisprudência de MG sobre o estabelecimento da cota mínima. O Deputado Cleiton respondeu dizendo que o tombamento do lago por uma lei local, de acordo com supremo tribunal, auxilia no processo e tem jurisprudência a respeito, mesmo sendo passível que a cia energética entre com processo, pois há elementos para sustentar a defesa. Segundo o supremo é possível o tombamento por ato legislativo, e que o Estado pode tomar bem da União. E acrescenta que mesmo sem chuva num período de 5 anos (de acordo com estudos) é possível manter outra cota mínima estabelecida. Vide: <https://direitoambiental.com/stf-reconhece-que-lei-local-pode-tombar-bem-de-propriedade-da-uniao/>

Clarissa Valadares informou que necessitava de ausentar-se, mas solicitou que para a próxima reunião esta seja organizada e que seja enviado a pauta com o tempo de fala para cada pessoa para otimização do tempo. Sugeriu que inscrições antecipadas sejam feitas. Finalizou dizendo que dessa forma, o grupo conseguirá manter o foco e sair com deliberações.

Após discussões, o Professor Akis Telemácu foi chamado a apresentar seu estudo sobre experiência da paisagem. Ele utiliza as ilhas gregas, seu objeto de estudo, como exemplo para discorrer sobre valorização da paisagem, criação de identidade e brand. Começou dizendo que as Ilhas gregas são famosas por sua arquitetura, paisagem, gastronomia. Mostrou as 7 ilhas estudadas, cada uma com suas características particulares. Pontua que estas não são semelhantes como todos pensam, que tem arquiteturas diferentes, paisagens naturais diferentes, porém em cada ilha tem-se uma homogeneização da paisagem e exemplifica sua fala com imagens. Disse que as cidades costeiras demoraram a se desenvolver, que no alto do morro se desenvolveram melhor e mais rapidamente e que as questões de preservação só começaram a ser discutidas após a ocupação da costa.

Ele informou que foi criado uma regulamentação nas ilhas da Grécia para que a homogeneização da paisagem seja mantida. Mostrou um quadro regulatório em que todos puderam verificar os critérios exigidos. Esses são: relação com o resto do ambiente, relação com a natureza e a paisagem natural, altura, tamanho e volume, questões ambientais, formas e morfologia local, relação com a história e tradição, materiais e cores utilizados na construção. Fez um parêntese com relação aos critérios, dizendo que quando se tem muitos critérios esses podem desencorajar investimentos, que muitas regras desencorajam investimentos. Após essa observação, pontua que a homogeneidade estética facilita a criação de identidade, de um *brand name* e que devemos realçar a identidade de Minas Gerais.

Marina Simião expos que é preciso pensar a região turística no tocante a qualidade da água, mas que também é essencial pensar na paisagem, em como a paisagem pode ser traduzida como identidade para o visitante que chega ao local.

Fernando Marques, do IEPHA, pergunta se fizeram algum estudo sobre o patrimônio imaterial. Marcelo questiona sobre como o patrimônio geológico, se foi contemplado no estudo do professor Akis. O professor informa que há um limite de profundidade para escavação, de 1,5m, e que não se pode agregar terra aos terrenos também. As construções têm que obedecer a paisagem natural, tem que manter a mesma geologia e que isso é um ponto de interesse.

Marina Simião agradeceu a apresentação do professor, fez convite ao mesmo para vir a Minas Gerais e diz que o Brand e identidade podem ser os temas a serem abordados na próxima reunião.

Elisa Oliveira, grupo furnas, disse que a apresentação foi muito enriquecedora para construção do plano diretor. Em julho 2020 o grupo protocolou um plano que está bem alinhado com o que foi exposto pela SEMAD. Pontua que a luta não diz respeito somente a questão da cota, que o contexto é muito mais amplo. Que visa o desenvolvimento do estado como um todo, o desenvolvimento sustentável não só do meio ambiente, mas também para toda a comunidade.

Guilherme informou que furnas é uma estatal e que por isso deve prestar os melhores serviços e devem ser fiscalizados pela sociedade. Considera essencial que um representante da Usina faça parte das discussões para que a empresa exponha as suas questões, responda dúvidas e etc. Ficou responsável por trazer um representante para as próximas reuniões visto que não houve retorno a nenhum dos convites realizados por outros membros anteriormente.

Uma reflexão é levantada: que o debate tem que ser ampliado para a sociedade como um todo. Que é necessário identificar e levar para a sociedade verificar a melhor forma para atender a questão energética, mas não somente isso. Dessa forma traz-se segurança tarifária.

Thayse, Lago de furnas, discorreu sobre o uso do lago, o uso e ocupação do solo, como planejar para que a paisagem seja aproveitada, seja utilizada de forma sustentável para tornar a experiência agradável para comunidade e turista.

Por fim, Aryanne Ribeiro, fez a apresentação do projeto Cinagua. Neste serão apresentados documentários sobre assuntos pertinentes. O projeto faz parte do Seminário Lago de Furnas como Paisagem Cultural e Patrimônios Lindeiros em que 19 municípios estarão presentes. No dia mundial da água irão fazer uma travessia das águas de Furnas até Peixoto e um documentário será realizado com as imagens captadas da paisagem lindeira. Aryanne comentou que o Cinagua surgiu no Fórum Lago de Furnas sustentável (2019) e que o projeto áudio visual busca mostrar a importância da cultura aliada aos aspectos naturais. Que este é um espaço para apresentação de documentários ambientais, educação ambiental, discussão sobre sustentabilidade, patrimônio, mostrando os usos e significados dos dois lagos. Thayse convida o Professor Marcelo a participar do Seminário pelo chat da reunião, este por sua vez sugeriu uma discussão sobre o patrimônio geológico do entorno do lago, que poderiam chamar o Prof. Lineo, da UNIFAL, que tem experiência sobre o assunto, assim como, um outro professor da Federal de São João Del Rei. Falou também sobre uma opção interessante que é o estabelecimento de um tour virtual para o marketing e que o Prof. Clibson tem conhecimento sobre este assunto. Thayse agradece as sugestões e informa que irão avaliar estas e que juntos poderão construir esse seminário para que os municípios estejam amparados e unidos.

Clarissa Valadares informou que o Mtur precisa ver as possibilidades que a região oferece, que é necessária uma visita técnica e que está já está sendo articulada, pois precisam ter mais conhecimento sobre a área. Salientou, ainda, que a participação da Ludmila foi fundamental para

esta reunião. Solicitou que a Ludmila encaminhe um documento com um resumo da pesquisa que realizou para que isso seja institucionalizado, seja usado como um histórico. Também sugeriu um acordo de cooperação técnica com a secretaria de agricultura e pesca e que, caso seja necessário, podem convidá-los a participar da visita técnica.

Isabela Souza, presidente do comitê de bacias do entorno do lago de Furnas, agradeceu o convite feito pela Thayse e parabeniza o seminário e a condução da Marina da reunião. Colocou que participarão de forma informal das discussões. Pontuou que acompanhou algumas pacuieras, o mais recente foi o de Funil e que é muito importante fazer o zoneamento do lago, e que a elaboração do pacuiera é fundamental, não só o licenciamento ambiental. Salientou que a qualidade de vida das pessoas deve ser prioridade, porque fontes de energia são várias, mas a vida das pessoas não.

Sr Luiz Adriano informou a Marina Simião pelo chat que para solicitar a participação de algum representante da Usina de Furnas deverá encaminhar um email para o Diretor de Engenharia, Cláudio Branco, solicitando a participação de um responsável na próxima reunião, este provavelmente indicará a Sup de Gestão Ambiental. Marina Simião agradece a informação. O Sr Luiz Adriano também pondera que o comitê GD7 também deveria ter um representante nas próximas reuniões, pois este é o grupo que representa interesses de parte do Lago do Peixoto.

Marina finalizou a reunião solicitando que os participantes enviem pautas para o próximo encontro.